Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI - SP CONEXA (Complexo Macro Regulador, CRUE - Central de Regulação de Urgência e Emergência, UDTP - Unidade Dispensadora Tenente Pena)

CNPJ nº 61.687.356/0027-79

Demonstrações Financeiras

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em Milhares de Reais)			Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em Milhares de Reais)		
ATIVO	2010	2009	PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	2010	2009
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.353	2.972	Fornecedores e contas a pagar	211	204
Adiantamentos a fornecedores	78	43	Obrigações trabalhistas e tributárias	83	585
Créditos Diversos	23	1	Subvenção Governamental para Investimentos	19	701
Total do ativo circulante	3.454	3.016	Total do passivo circulante	313	1.490
Ativo não circulante			Passivo não circulante		
Depósitos judiciais	210	38	Provisão para Contingências	136	45
Total do ativo não circulante	210	38	Total do passivo não circulante	136	45
TOTAL DO ATIVO	3.664	3.054	Patrimônio social		
Demonstrações do Superávit para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em Milhares de Reais)			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em Milhares de Reais)		
	2010	2009		2010	2009
RECEITAS	21.813	7.977	Total		
Despesas com atividades assistenciais	(20.535)	(6.710)	Saldos em 31 de Dezembro de 2009		1.519
Despesas com pessoal	(10.479)	(5.177)	Superávit do exercício		1.696
Despesas administrativas e gerais	(951)	(283)	Saldos em 31 de Dezembro de 2010		3.215
Despesas com serviços de terceiros	(8.430)	(1.098)			
Despesas com materiais e medicamentos	(675)	(152)			
(=) Superávit operacional	1.278	1.267			
(+/-) Outras receitas e despesas					
Despesas financeiras	(5)	(3)			
Receitas financeiras	423	216			
	418	213			
(=) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	1.696	1.480			

Regulamento de Contratações de Obras, Serviços e Compras do Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo – Seconcis/SS

Capítulo I: das Disposições Gerais

Art. 1º. O presente Regulamento estabelece normas para a contratação de obras e serviços e compras, para as unidades públicas sob gestão, no âmbito do Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo – Seconcis, qualificado como Organização Social de Saúde – OSS.

Art. 2º. A contratação de obras, serviços e compras do Seconcis será feita de acordo com as normas deste Regulamento e com o disposto em seu Estatuto Social, bem como em consonância com a legislação vigente.

Parágrafo único É vedada a contratação de pessoas jurídicas e fornecedores cujos sócios sejam cônjuge, ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros dos Conselhos e demais dirigentes do Seconcis.

Art. 3º. O cumprimento das normas deste Regulamento destina-se a selecionar, dentre as propostas apresentadas, a melhor proposta para o Seconcis, mediante julgamento objetivo, devendo ser observados os seguintes princípios:

- razoabilidade;
- eficiência;
- qualidade;
- economicidade.

Capítulo II: dos procedimentos de aquisição

Seção I: Disposições gerais

Art. 4º. Os procedimentos de contratação de obras, serviços e compras deverão conter a aprovação da Administração, podendo, a seu critério, ser a função, delegada a pessoa ou órgão de sua confiança.

Seção II: das compras

Artigo 5º. Entende-se por compra toda aquisição remunerada de bens ou serviços para fornecimento de uma só vez ou parceladamente.

Parágrafo primeiro – As compras de bens e serviços serão feitas mediante a apresentação de, ao menos 3 (três) orçamentos ou propostas as quais poderão ser apresentadas por email, fax, lances eletrônicos, lances presenciais ou qualquer outro meio lícito, transparente e eficiente adotado pela entidade, como critério de recebimento das propostas.

Parágrafo segundo – Poderá, entretanto ser dispensada a apresentação do número mínimo de orçamentos ou propostas previstos no parágrafo anterior, nos casos de urgência/emergência, dispensa ou inexigibilidade previstos no presente Regulamento.

Artigo 6º. O processo de compra/aquisição compreenderá as seguintes etapas:

- qualificação de fornecedores;
- requisição de compra;
- pesquisa de mercado;
- solicitação de orçamentos/proposta;
- avaliação da melhor oferta/proposta;
- emissão da Ordem de Compra.

Artigo 7º. A requisição de compra deverá conter:

I. caráter da aquisição: se normal ou em regime de urgência; a) no caso de compras através do regime de urgência o solicitante deverá fornecer subsídios para o perfeito atendimento da solicitação e da configuração do estado de urgência;

II. descrição da compra: que deverá necessariamente conter: a) especificações do bem/serviços; b) definição de quantidade e unidade do bem; c) informações técnicas e demais características que permitam sua correta aquisição/contratação.

Parágrafo único – para fins do inciso I, "a" do presente artigo considerase de urgência toda aquisição de bens indisponíveis em estoque e que necessitem de utilização imediata, bem como de serviços quando necessários para normalizar as atividades regulares das unidades interessadas. Poderão as unidades, dado o grau de urgência, adquirir bem ou serviço com recursos próprios ou para pagamento posterior, mediante autorização de seus responsáveis.

Seção III: das Obras e Serviços de Engenharia

Art. 8. Entende-se por obra toda construção, reforma, adequação, fabricação, recuperação, ampliação ou restauração, total ou parcial dos bens imóveis da entidade, ou aqueles por ela locados, ou sob sua gestão, realizada por execução direta ou indireta. Por serviço de engenharia entende-se toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção ou trabalhos técnico-profissionais.

Parágrafo primeiro – a forma e o regime de execução serão escolhidos pela Administração da entidade, cabendo à mesma, a abertura de processo para seleção da melhor proposta e a dispensa ou a inexigibilidade do certame concorrencial, na forma do presente Regulamento.

Parágrafo segundo – para contratação das obras e serviços de engenharia deverão ser consultadas, sempre que possível, ao menos 3 (três) empresas. Os estudos preliminares e os projetos deverão considerar, principalmente os seguintes requisitos:

- segurança;
- funcionalidade e adequação;
- economia na execução, conservação e operação;
- possibilidade de emprego de mão-deobra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação;
- adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas;
- experiência anterior, regularidade jurídica, fiscal e adequada situação financeira da empresa;
- impacto ambiental;

Parágrafo terceiro – Os serviços dos quais trata a presente Seção não poderão ser contratados por meio de pregão, leilão ou lances, quer sejam presenciais ou eletrônicos.

Seção IV: dos Serviços Técnicos Especializados

Art. 9. Entende-se por Serviços Técnicos Especializados aqueles relativos a:

- profissionais e serviços da área de saúde, tais como:
 - médicos e equipes médicas, em suas especialidades fornecedores de mão de obra e equipamentos;
 - técnicos e equipes técnicas fornecedoras de mão-deobra e equipamentos, diagnose e terapia;
 - treinamento e desenvolvimento específicos da área da saúde;
 - profissionais ligados à produção técnica específica da área, objeto da contratação;
- outras atividades especializadas, tais como:
 - estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos e executivos;
 - pareceres, perícias e avaliações em geral;
 - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
 - fiscalização, supervisão, administração ou gerenciamento de obras ou serviços;
 - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
 - treinamento e desenvolvimento de pessoas;

Art. 10. Para a contratação dos serviços previstos nesta Seção será necessária seleção criteriosa do prestador de serviços, considerando a idoneidade, a experiência, a reconhecida qualidade e a especialização do contratado, dentro da respectiva área.

Seção V: da dispensa e da inexigibilidade de Procedimento Concorrencial

Art. 11. São casos de dispensa do procedimento previsto no artigo 5º, parágrafo primeiro:

- na aquisição de perecíveis;
- Telefonia e jornais de grande circulação;
- Para contratações de Serviços Técnicos especializados, previstos na Seção IV do presente Regulamento;
- Para os demais casos desde que justificados pela unidade requisitante, após prévio parecer da Administração.

Art. 12. São casos de inexigibilidade do procedimento previsto no artigo 5º, parágrafo primeiro:

- Para impressão nos Diários Oficiais;
- na contratação de fornecimento de energia elétrica, água e gás encanados;
- Correios;
- nos casos de fornecedor e/ou representante exclusivo;
- nos casos previstos como regime de urgência;
- quando da impossibilidade de competição, desde que adequadamente demonstrada.

Capítulo III: dos Contratos

Art. 13. As contratações de obras, serviços terceirizados, serviços técnicos especializados, alienações, locações e aquisições de bens imóveis deverão ser objeto de contrato elaborado pela entidade, em acordo de termos com a parte contratária, atendendo aos preceitos e requisitos legais do presente Regulamento, do Estatuto Social da entidade, do Código Civil e legislações que disponham sobre a matéria.

Parágrafo primeiro – Os contratos deverão ser instruídos com documentos necessários a regular contratação dos mesmos.

Parágrafo segundo – para aquisição de bens com entrega imediata e integral, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica, o termo de contrato é dispensável, podendo ser substituído pela ordem de compra, respeitados os procedimentos de aquisição previstos no presente Regulamento.

Capítulo IV: das Disposições Finais

Art. 14. Os casos não previstos nesse Regulamento serão decididos pela Administração da entidade sendo submetidos ao respectivo Conselho, na primeira oportunidade.

Art. 15. O presente Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, não prejudicando atos jurídicos e fatos perfeitos decorridos ou continuados até a presente data.

Art. 16. – Ficam revogadas todas as disposições anteriores que conflitem ou mesmo deliberem sobre questões previstas nos dispositivos contidos no presente Regulamento.

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO

Despacho do Coordenador, de 18-4-2011
Processo: 001/0140/000.785/2008
Interessado: Hospital Geral de São Matheus "Dr. Manoel Bifulco"

Assunto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de recepção para usuários de serviços de saúde, orientações, informações e atendimento

Ante o exposto, nego provimento ao recurso interposto pela empresa P. S. Service System Temporária Ltda., devendo ser mantida a multa aplicada pelo dirigente do Hospital Geral de São Matheus "Dr. Manoel Bifulco".

CONJUNTO HOSPITALAR DE SOROCABA

Termos de Contratos
Contrato: 129/11
Processo: 0262-0053/11
Modalidade: Pregão Eletrônico - 095/11
Contratante: Conjunto Hospitalar de Sorocaba
Objeto: Aquisição de peças para aparelho de rx marca VMI, modelo Compacto Plus
Empresa: Mega Med Produtos e Serviços Hospitalares Ltda - EPP

Valor Total: R\$ 12.790,00
Vigência: Até 25/05/2011, limitado a 31.12.2011
Assinatura: 25.04.2011
Contrato: 130/11
Processo: 0262-0052/11
Modalidade: Pregão Eletrônico - 097/11
Contratante: Conjunto Hospitalar de Sorocaba
Objeto: Aquisição de pedal para bisturi elétrico, marca Wem
Empresa: Mult Med Equipamentos Hospitalares Ltda
Valor Total: R\$ 11.500,00
Vigência: Até 13/06/2011, limitado a 31.12.2011
Assinatura: 25.04.2011
Contrato: 132/11
Processo: 0262-1632/10
Modalidade: Pregão Eletrônico - 087/11
Contratante: Conjunto Hospitalar de Sorocaba
Objeto: Aquisição de equipamentos diversos
Empresa: De Pauli Comércio Representação Importação e Exportação Ltda

Valor Total: R\$ 5.438,90
Vigência: Até 25/08/2011, limitado a 31.12.2011
Assinatura: 25.04.2011
Contrato: 133/11
Processo: 0262-1632/10
Modalidade: Pregão Eletrônico - 087/11
Contratante: Conjunto Hospitalar de Sorocaba
Objeto: Aquisição de equipamentos diversos
Empresa: Nacional Comercial Hospitalar Ltda
Valor Total: R\$ 4.697,62
Vigência: Até 25/08/2011, limitado a 31.12.2011
Assinatura: 25.04.2011
Contrato: 134/11
Processo: 0262-1632/10
Modalidade: Pregão Eletrônico - 087/11
Contratante: Conjunto Hospitalar de Sorocaba
Objeto: Aquisição de equipamentos diversos
Empresa: O.Silverio de Lima Instrumentos Medico Cirurgico - EPP

Valor Total: R\$ 59.027,60
Vigência: Até 25/08/2011, limitado a 31.12.2011
Assinatura: 25.04.2011
Contrato: 135/11
Processo: 0262-1632/10
Modalidade: Pregão Eletrônico - 087/11
Contratante: Conjunto Hospitalar de Sorocaba
Objeto: Aquisição de equipamentos diversos
Empresa: Mult Med Equipamentos Hospitalares Ltda
Valor Total: R\$ 11.700,00
Vigência: Até 25/08/2011, limitado a 31.12.2011
Assinatura: 25.04.2011
Contrato: 136/11
Processo: 0262-0114/10
Modalidade: Pregão Eletrônico - 093/11
Contratante: Conjunto Hospitalar de Sorocaba
Objeto: Aquisição de peças para equipamentos marca Wem
Empresa: Mult Med Equipamentos Hospitalares Ltda
Valor Total: R\$ 2.184,70
Vigência: Até 24/06/2011, limitado a 31.12.2011
Assinatura: 25.04.2011

HOSPITAL DR. FRANCISCO RIBEIRO ANANTES - ITU

Comunicados
Empresa: E.M.S. S/A
Processo: 261/165/10 - 2010NE00186 - Pregão Presencial - Ata de Registro: 123/09

Tornado sem efeito:

A publicação em D.O. do dia 04/01/11, pg. 57, devido mudanças no procedimento de penalidades.

Empresa: Braslimp Produtos de Limpeza e Descartáveis Ltda
Processo: 261/452/09 - 2009NE00312 - Pregão Eletrônico: 04/2009

A publicação em D.O. do dia 28/01/11, pg. 34, devido mudanças no procedimento de penalidades.

UNIDADE DE GESTÃO ASSISTENCIAL IV – HOSPITAL E MATERNIDADE LEONOR MENDES DE BARROS

Despacho do Diretor Técnico do Departamento de Saúde, de 20-4-2011

Processo: 001.0134.000.851/10
Aquisição de compressa de gaze hidrófila estéril medindo 7,5 x 7,5 cm com filamento e sem filamento - através das Atas de Registro de Pregos - Ata 34/10 e 186/10.

Tendo em vista documento da empresa Medi House Ind. e Com. de Produtos Cir. e Hosp. Ltda., em que a mesma apresenta sua defesa em relação à multa aplicada e manifestação da Seção de Almoxarifado e do GTAH, determino que seja mantida a multa aplicada à empresa.

HOSPITAL ESTADUAL DR. ODILO ANTUNES DE SIQUEIRA – PRESIDENTE PRUDENTE

Termo de Aditamento Contratual

Processo: 0255.000585/2006 - original
Contrato: 011/2007 - original
Pregão: 19/2007

Processo: 0255.029/2010
De comum acordo entre as partes e da legislação vigente o contrato está sendo aditado conforme a cláusulas segunda e quarta conforme abaixo:

Cláusula Segunda - Do Preço e Do Reajuste

A Contratada obriga-se a executar os serviços, objeto deste contrato, pelo valor mensal de R\$ 1.949,70.

Cláusula Quarta – Do Valor do Contrato e dos Recursos

O valor total estimado do presente contrato é de R\$ 94.696,92 sendo:

R\$ 15.800,00 referente ao exercício de 2007.

R\$ 19.637,80 ref. ao exercício de 2008

R\$ 13.803,12 referente ao período de janeiro a agosto de 2009.

R\$ 22.059,60 referente a período de março de 2010 a março de 2011

R\$ 23.396,40 referente ao período de março de 2011 a março de 2012.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

HOSPITAL GERAL DR. MANOEL BIFULCO – SÃO MATEUS

Despachos do Diretor Técnico de Departamento, de 28-4-2011

Processo: 001.0140.000783/10
Assunto: Aquisição de Ácido Peracético
Pregão: Ata de Registro de Preços - 012/09
Empenho: 2010NE00999

Versa o presente sobre aquisição de medicamentos (Ácido Peracético), verificado o atraso na entrega do produto foi aberto prazo para apresentação de defesa prévia. A empresa Lifemed Ind. de Equip. e Art. Med. Hosp. Ltda., CNPJ 02.357.251/0004-04, não apresentou defesa no prazo determinado. Tendo descumprido o contrato com o Hospital Geral de São Mateus, aplico, nos termos do artigo 7º da Lei Federal - 10.520/2002 c.c. Resolução SS 26/90 a penalidade de multa no valor de R\$ 80,80, conforme demonstrado às fls. 28, ficando desde já franqueada vistas ao auto e concluído o prazo legal para recurso de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação.

Processo: 001.0140.000907/10
Assunto: Aquisição de medicamentos (Glicerol, Heparina, etc.)

Pregão: Eletrônico - 052/10
Empenho: 2010NE01191

Versa o presente sobre aquisição de medicamentos (Glicerol, Heparina, etc.), verificado o atraso na entrega dos medicamentos foi aberto prazo para apresentação de defesa prévia, sendo